

REQUISITOS:**MÍNIMA OFENSIVIDADE DA CONDUTA****AUSÊNCIA DE PERICULOSIDADE SOCIAL DA AÇÃO****REDUZIDO GRAU DE REPROVABILIDADE DO COMPORTAMENTO****INEXPRESSIVIDADE DA LESÃO JURÍDICA PRODUZIDA****CONSEQUÊNCIA JURÍDICA:****EXCLUSÃO DO CRIME****(ATIPICIDADE MATERIAL DA CONDUTA)****OBJETIVO:****GARANTIR E RESGUARDAR O PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA****RECENTES JULGADOS****CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334, CP)**

[...] A pertinência do princípio da insignificância deve ser avaliada considerando-se todos os aspectos relevantes da conduta imputada. 2. Para crimes de descaminho, considera-se, para a avaliação da insignificância, o patamar previsto no art. 20 da Lei 10.522/2002, com a atualização das Portarias 75 e 130/2012 do Ministério da Fazenda. Precedentes. [...] (STF, 122286/PR, Rel. Min. Rosa Weber, 1ª Turma, p. 12.09.2014)

REINCIDÊNCIA GENÉRICA

Informativo 756 do STF

[...] A 2ª Turma concedeu “habeas corpus” para restabelecer sentença de primeiro grau, na parte em que reconheceu a aplicação do princípio da insignificância e absolvera o ora paciente da imputação de furto (CP, art. 155). Na espécie, ele fora condenado pela subtração de um engradado com 23 garrafas de cerveja e seis de refrigerante — todos vazios, avaliados em R\$ 16,00 —, haja vista que o tribunal de justiça local afastara a incidência do princípio da bagatela em virtude de anterior

condenação, com trânsito em julgado, pela prática de lesão corporal (CP, art. 129). A Turma, de início, reafirmou a jurisprudência do STF na matéria para consignar que a averiguação do princípio da insignificância dependeria de um juízo de tipicidade conglobante. Considerou, então, que seria inegável a presença, no caso, dos requisitos para aplicação do referido postulado:

mínima ofensividade da conduta; ausência de periculosidade social da ação; reduzida reprovabilidade do comportamento; e inexpressividade da lesão jurídica. Afirmou, ademais, que, considerada a teoria da reiteração não cumulativa de condutas de gêneros distintos, a contumácia de infrações penais que não têm o patrimônio como bem jurídico tutelado pela norma penal (a exemplo da lesão corporal) não poderia ser valorada como fator impeditivo à aplicação do princípio da insignificância, porque ausente a séria lesão à propriedade alheia (STF, HC 114723/MG, rel. Min. Teori Zavascki, 26.8.2014.)

CRIMES DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AÇÃO PENAL. Delito de peculato-furto. Apropriação, por carcereiro, de farol de milha que guarnecia motocicleta apreendida. Coisa estimada em treze reais. Res furtiva de valor insignificante. Periculosidade não considerável do agente. Circunstâncias relevantes. Crime de bagatela. Caracterização. Dano à probidade da administração.

Irrelevância no caso. Aplicação do princípio da insignificância. Atipicidade reconhecida. Absolução decretada. HC concedido para esse fim. Voto vencido. Verificada a objetiva insignificância jurídica do ato tido por delituoso, à luz das suas circunstâncias, deve o réu, em recurso ou habeas corpus, ser absolvido por atipicidade do comportamento. (STF, HC 112388/SP, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Rel. p/ o acórdão Min. Cezar Peluso, 2ª Turma, p. 14.09.2012)

CRIMES AMBIENTAIS

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. CRIME CONTRA O MEIO AMBIENTE. ART. 34 DA LEI N. 9.605/1998. PESCA EM PERÍODO PROIBIDO. ATIPICIDADE MATERIAL. AUSÊNCIA DE EFETIVA LESÃO AO BEM PROTEGIDO PELA NORMA. IRRELEVÂNCIA PENAL DA CONDUTA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICAÇÃO. (STJ, AgRg no REsp 1263800/SC, Rel. Min. Jorge Mussi, 5ª Turma, p. 21.08.2014)

ATO INFRACIONAL

Habeas corpus. 2. Ato infracional análogo ao crime de furto tentado. Bem de pequeno valor (R\$ 80,00). Mínimo grau de lesividade da conduta. 3. Aplicação do princípio da insignificância. Possibilidade. Precedentes. 4. Reincidência. Irrelevância de considerações de ordem subjetiva. 5. Ordem concedida. (STF, HC 112400/RS, Rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, p. 08.08.2012)

NÃO SERÁ APLICADO O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA

CONTRABANDO

[...] A importação não autorizada de cigarros constitui o crime de contrabando, insuscetível de aplicação do princípio da insignificância. [...] (STJ, AgRg no AREsp 302161/PR, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, 6ª Turma, p. 15.09.2014)

CRIMES PROPRIAMENTE MILITARES

HABEAS CORPUS ORIGINÁRIO. PECULATO-FURTO. CRIME MILITAR. MUNIÇÕES DE USO RESTRITO DAS FORÇAS ARMADAS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. DENÚNCIA QUE PERMITE AO ACUSADO O EXERCÍCIO DA AMPLA

DEFESA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INVIABILIDADE. RELEVÂNCIA PENAL DA CONDUTA.

(STF, HC 108168/PE, Rel. Min. Roberto Barroso, p. 03.09.2014)

CRIME ELEITORAL

Ementa: Recurso especial. Crime eleitoral. Art. 39, § 5º, inc. III, da Lei n. 9.504/97. Princípio da insignificância. Inaplicabilidade. Reprovabilidade acentuada da conduta. Comportamento que afronta o direito dos cidadãos às eleições livres. Recurso provido. [...]

(TSE, REspe 1188716 - Pendências/RN, Rel. Min. Cármen Lúcia Antunes Rocha. p. 13/06/2011)

USUÁRIO DE DROGAS (art. 28 da Lei 11.343/06)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL. POSSE DE DROGA PARA USO PRÓPRIO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. APLICAÇÃO DA MEDIDA EDUCATIVA DE 04 MESES DE PROGRAMA OU CURSO EDUCATIVO. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. PLEITO DE DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DO TIPO PENAL PREVISTO NO ART. 28 DA LEI N.º 11.343/06. INVIABILIDADE. AI NO RESP N.º 1.135.354/PB. (STJ, RHC 43693/DF, Rel. Min. Laurita Vaz, 5ª Turma, p. 02.09.2014)

CERS